



Prova de Qualificação Técnica Geral

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO
NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO
FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)
Edital CFC/CAE 03/2005**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 10 (dez) linhas.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 05 (cinco) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. Os encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos tomados de terceiros para construção ou montagem de bens do imobilizado tangível devem ser:**
 - a. Capitalizados, até o momento em que o bem estiver em condições de operação.
 - b. Acrescidos ao valor do bem do ativo imobilizado tangível, em sua totalidade, mesmo após o bem se encontrar em operação.
 - c. Considerados como despesa financeira desde a data da contratação e da liberação.
 - d. Tratados, opcionalmente, como acréscimo ao valor do bem ou apropriados ao Resultado do Exercício.

- 2. Ao planejar e executar procedimentos de auditoria e avaliar seus resultados, o Auditor Independente deve considerar o pressuposto de continuidade operacional subjacente à preparação das Demonstrações Contábeis. No curso da auditoria, o Auditor Independente executa procedimentos planejados para obter evidências sobre a continuidade operacional como base para expressar uma opinião, dentre os quais destacam-se:**
 - a. Ler as atas de assembléias e reuniões de sócios ou de outros órgãos da administração, em busca de referência às dificuldades financeiras.
 - b. Recomendar medidas específicas para sanar as dificuldades financeiras/operacionais.
 - c. Interceder perante os órgãos governamentais para edição de legislação específica para o setor.
 - d. Propor ajustes contábeis para mitigar as indicações de descontinuidade operacional.

- 3. Se, no julgamento do Auditor Independente, a divulgação por parte da administração da entidade dos fatos caracterizadores da situação de descontinuidade das operações nas Demonstrações Contábeis não for adequada, o Auditor Independente, para efeitos de emissão de seu parecer:**
 - a. Não deve expressar opinião adversa, mas, sim, incluir ressalva quanto à continuidade das operações.
 - b. Deve expressar opinião adversa ou com ressalva, como for apropriado, em função da relevância.
 - c. Deve incluir parágrafo de ênfase, relatando a incerteza quanto à continuidade das operações.
 - d. Deve incluir parágrafo de ênfase, no qual fundamentará a sua negativa de opinião, em decorrência da falta de divulgação dos fatos por parte da administração.

- 4. Para determinar a natureza, a extensão e a profundidade de seus exames, o Auditor Independente deve considerar a relação existente entre risco de auditoria e o nível de relevância estabelecido na fase de planejamento dos trabalhos de auditoria. Pode-se afirmar, então, que esta relação:**
 - a. Dá-se de forma direta.
 - b. Dá-se de forma inversa.
 - c. Depende da profundidade atribuída ao exame em questão.
 - d. Depende da relevância do fato examinado.

5. Em relação à relevância e ao risco no processo de avaliação da evidência de auditoria, é incorreto afirmar que:

- a. O Auditor Independente não pode, no processo de planejamento da auditoria, ter, intencionalmente, estabelecido nível de relevância num patamar abaixo daquele a ser utilizado para avaliar os resultados da auditoria.
- b. Se o planejamento da auditoria for efetuado em período anterior ao encerramento das Demonstrações Contábeis, o Auditor Independente pode estimar o resultado das operações e a posição financeira que existiriam no encerramento do exercício ou do período sob exame, baseado na experiência existente.
- c. Se os resultados reais forem, substancialmente, diferentes dos valores estimados, a relevância quantificada na fase do planejamento e utilizada na execução da auditoria, assim como a avaliação dos riscos de auditoria, podem mudar.
- d. As modificações no nível de relevância determinado no planejamento, efetuadas em decorrência de fatores encontrados durante a execução dos trabalhos, devem ser, adequadamente, documentadas.

6. Dos serviços listados a seguir, qual é considerado ameaça à independência do Auditor Independente, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade:

- a. A emissão de relatórios sobre o cumprimento de leis e normas de natureza tributária.
- b. A emissão de respostas a consultas formuladas sobre matéria tributária.
- c. O planejamento tributário sem bases, estritamente, científicas e legais.
- d. Assistência e consultoria na solução de divergências quanto a impostos e contribuições.

7. O Auditor Independente contratado por entidade de economia mista, de capital aberto, denominada Cia. XYZ, para examinar as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2004 e emitir seu correspondente parecer de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, planejou seus trabalhos sem considerar eventuais alterações na administração da companhia. Todavia, em face de novos administradores eleitos em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no início de 2005, não obteve, a princípio, a Carta de Responsabilidade da Administração, nos termos exigidos pelas normas profissionais aplicáveis. Considere, em face do enunciado e das informações abaixo, qual é o procedimento que deveria ser aplicado pelo Auditor Independente:

- a. Por se tratar de norma profissional do Auditor Independente que não foi cumprida, em face da recusa dos novos administradores em emití-la e assiná-la na forma requerida, configurou-se uma limitação no escopo de seu exame. Dessa forma, não lhe coube outra alternativa senão ressaltar o seu parecer, evidenciando os motivos da ressalva.
- b. Considerando que o Auditor Independente aplicou procedimentos alternativos com resultados satisfatórios e que os anteriores administradores, demitidos na referida Assembléia Geral, emitiram Carta de Responsabilidade da Administração para cada um dos relatórios sobre a revisão limitada das informações trimestrais de 2004, o seu parecer foi emitido sem ressalvas, mas com acréscimo de um parágrafo de ênfase para evidenciar o ocorrido.

- c. A nova administração eleita na referida Assembléia Geral, embora não sendo responsável pelas operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2004, ficou com a responsabilidade legal pela preparação final e divulgação das Demonstrações Contábeis daquele exercício, tendo tais Demonstrações Contábeis sido transcritas no Livro Diário no prazo legal e devidamente assinadas pelos novos administradores. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determinou e os antigos administradores emitiram a Carta de Responsabilidade com data da Assembléia Geral Extraordinária, bem como determinou à nova administração eleita nessa Assembléia Geral a republicação dessas Demonstrações Contábeis acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, o qual foi por eles reemitido sem ressalva ou outra alteração.
- d. Tendo ocorrido a publicação das Demonstrações Contábeis com Parecer com Ressalva, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determinou a republicação das Demonstrações Contábeis antes da Assembléia Geral Ordinária convocada para a aprovação dessas demonstrações, para o que determinou também a assinatura de duas Cartas de Responsabilidade da Administração, devidamente adaptadas de acordo com as exigências dos Auditores Independentes: uma pelos anteriores administradores, com data da Assembléia que os destituiu, e outra pelos novos administradores em data posterior ao ofício da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que levou a tal decisão. Com isso, os Auditores Independentes reemitiram seu parecer, sem ressalva e com dupla data, evidenciando em parágrafo de ênfase os motivos que levaram a reemissão do seu parecer de auditoria.

8. O parecer do Auditor Independente com abstenção de opinião por limitação na extensão é emitido:

- a. Quando houver qualquer limitação na extensão do exame.
- b. Somente quando da existência de múltiplas e complexas incertezas, afetando inúmeras rubricas das Demonstrações Contábeis.
- c. Quando houver limitação significativa na extensão do exame que impossibilite o Auditor Independente de formar opinião sobre as Demonstrações Contábeis.
- d. Nos casos de ocorrência de fraude ou erro significativo, mensurados.

9. Uma empresa obrigada à elaboração e à divulgação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deixa de fazê-lo. Conseqüentemente, o Auditor Independente deve considerar no parecer de auditoria:

- a. Todos os parágrafos normais, apenas com ressalva no parágrafo da opinião.
- b. Inclusão de parágrafo de ênfase, destacando a falta de divulgação da referida demonstração.
- c. Exclusão da menção à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, do parágrafo de apresentação das Demonstrações Contábeis e do parágrafo da opinião.
- d. Exclusão da menção à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, do parágrafo de apresentação das Demonstrações Contábeis, inclusão de parágrafo intermediário com descrição da omissão e ressalva no parágrafo da opinião, do tipo “exceto quanto”.

10. O Auditor Independente possui dois clientes, companhias nacionais fechadas, do setor alimentício, com os quais assinou contratos de auditoria para exame das suas Demonstrações Contábeis, do exercício a findar em 31 de dezembro de 2005. Ambas,

em decorrência de planejamento tributário, estão efetivando reorganização societária, sem alteração da sua composição acionária, seja direta ou indireta, com desmembramento de ativos de suas filiais e constituição de subsidiárias, os quais foram avaliados a valor de mercado (bens do imobilizado) e também pelo critério econômico de fluxo de caixa descontado, cujos montantes são, relevantemente, superiores aos valores contábeis. Ambos os clientes buscaram opinião de seus advogados e consultores tributários externos, que emitiram as orientações abaixo, que foram seguidas, fielmente, pelos administradores das empresas:

O cliente “A” registrou, contabilmente, a operação a valor de mercado, sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor econômico registrada em contrapartida do patrimônio líquido. Em seguida, registrou uma provisão para reduzir o valor da operação aos valores contábeis (situação anterior), em face de a opinião dos advogados e consultores evidenciar tratar-se de operação para a qual seria possível obter vantagens tributárias somente ao longo do tempo (a partir das amortizações da diferença entre os valores indicados), após aceitação da operação pelas autoridades fiscais ou surgimento de jurisprudência pacífica nos tribunais superiores.

O cliente “B” efetuou o mesmo registro contábil indicado acima, mas reconheceu a provisão apenas parcialmente, pois os advogados e os consultores jurídicos evidenciaram a existência de um ativo equivalente ao imposto de renda e à contribuição social da ordem de 34% da diferença apontada, que foi registrado no realizável a longo prazo, de imediato, e cujo valor também é relevante no contexto das Demonstrações Contábeis do exercício.

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC T 11.15 – Contingências, indique a alternativa correta no pressuposto de que não há outras distorções contábeis provocadas por essas operações ou de outras naturezas:

- a. Deve emitir parecer sem ressalvas para ambos os clientes, já que a orientação seguida está de acordo com a manifestação dos especialistas, tal como evidenciado nas referidas Normas.
- b. Deve emitir parecer com ressalva para o cliente “A”, já que omitiu um ativo de valor relevante que não é de natureza contingente.
- c. Deve emitir parecer com ressalva para o cliente “B”, em face do registro contábil do ativo tributário, o qual deveria ser reconhecido apenas quando da amortização, em qualquer caso, da diferença apurada.
- d. Conhecedor dos conflitos de entendimento manifestados pelos distintos clientes, deve procurar, no mínimo, a busca de opinião de um terceiro consultor jurídico independente para ajudar-lhe na formação de seu julgamento profissional, aplicando-se, obrigatoriamente, os princípios contábeis apropriados, com observação das convenções contábeis (pressupõe que não dispõe ainda de um entendimento aprofundado da questão tributária que levou aos tratamentos contábeis). Assim, ao final dessa investigação, prevalecerá apenas uma posição, que terá um componente de julgamento profissional, levando a emitir um parecer com ressalva e outro sem ressalva.

11. Ocorrendo um evento relevante na entidade auditada, depois de emitido o parecer e antes de sua divulgação conjuntamente com as Demonstrações Contábeis, o Auditor Independente não pode:

- a. Estender os trabalhos até a data do evento.
- b. Emitir um novo parecer com data posterior à ocorrência do evento.
- c. Emitir parecer complementar.
- d. Emitir o parecer com dupla data.

12. No caso de primeira auditoria de uma entidade que divulgue Demonstrações Contábeis comparativas com as do exercício anterior:

- a. Não são necessários quaisquer procedimentos de auditoria sobre os saldos de encerramento do exercício anterior.
- b. O parecer deve ser ressalvado pela falta de auditoria nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício anterior.
- c. Devem ser aplicados procedimentos que permitam verificar a adequação dos saldos do exercício anterior, as contas de formação histórica e a uniformidade de aplicação das práticas contábeis.
- d. Em qualquer circunstância, deve ser emitido parecer com ressalva quanto à extensão e à profundidade nos exames.

13. Analise as citações abaixo e escolha a alternativa correta:

I) Segundo as normas da CVM, todos os sócios de uma empresa de auditoria independente, devidamente registrada naquele órgão, estão autorizados a assinar pareceres de auditoria no âmbito do mercado de valores mobiliários.

II) Segundo a CVM, a empresa de auditoria independente que venha pedir registro na mesma deverá apresentar os comprovantes de aprovação no exame de qualificação de todos os seus sócios.

III) Nas normas que regem o Programa de Revisão Externa de Qualidade, todo auditor independente que tenha se submetido à revisão está, automaticamente, a partir do exercício seguinte, autorizado a proceder revisão externa de qualidade de outras empresas.

- a. Somente as alternativas I e II estão incorretas.
- b. Somente as alternativas II e III estão incorretas.
- c. Somente as alternativas I e III estão incorretas.
- d. Todas as alternativas estão incorretas.

14. Considerando que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelecem regras de procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos de auditoria independente, indique a alternativa incorreta:

- a. A utilização de especialistas é indispensável para determinadas situações, como as exemplificadas a seguir: avaliações de certos tipos de ativos; determinação de quantidades

ou condições físicas de ativos; determinação de passivos atuariais; medição de estágio de trabalhos completados em obras de longa duração; interpretação de leis, contratos e regulamentos.

- b. Para permitir uma adequada interpretação das Demonstrações Contábeis por parte de seus usuários e de quem, com base nelas, irá tomar decisões de caráter econômico-financeiro, é necessário que as transações entre partes relacionadas sejam divulgadas, de modo que forneçam ao usuário elementos suficientes para compreender a magnitude, as características e os efeitos dessas transações sobre as situações patrimonial e financeira e sobre os resultados da entidade. O Auditor Independente deve adotar procedimentos específicos para a revisão dessas operações e, ao final dos trabalhos, deve decidir se deve modificar seu parecer (incluindo parágrafo de ênfase, para enfatizar volume significativo de operações realizadas com partes relacionadas em condições diferentes das de mercado, ou mesmo, ressaltá-lo quando houver insuficiente divulgação ou obter razoável segurança de que as transações tenham sido realizadas nas condições de mercado).
- c. O consultor jurídico contratado pela entidade auditada manifestou opinião de que determinados tributos em discussão judicial, de montante relevante – em que se discute a validade da norma jurídica que instituiu a cobrança desses tributos – não devem ser contabilizados, pois as chances de sucesso da causa na esfera judicial são prováveis. Dessa forma, seguindo essa orientação, a entidade auditada divulgou tais informações em suas Demonstrações Contábeis – nota sobre contingências – e, em decorrência, o parecer do Auditor Independente foi emitido sem ressalva.
- d. A entidade auditada registrou no ativo, em face de sucessivas decisões judiciais, ainda em andamento, que lhe foram até então favoráveis, impostos pagos e, posteriormente, considerados indevidos, baseada nessas decisões judiciais não-finais e na contundente opinião de seus advogados internos e externos. Considerando a expressiva relevância desses valores em relação ao seu patrimônio líquido, houve adequada divulgação dos fatos pela administração da entidade em nota explicativa às Demonstrações Contábeis, mas mesmo assim o Auditor Independente emitiu seu parecer com a ressalva, evidenciando tratar-se de ativo contingente.

15. Analise as citações abaixo e indique a alternativa correta:

- a. Os juros de financiamento contratado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pela empresa XYZ, de capital fechado, para construção de seu parque industrial no Nordeste do País, foram lançados ao resultado do exercício desde o início da contratação desse financiamento, já que não se trata de companhia aberta sujeita às normas e procedimentos contábeis determinados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b. Valor justo em contabilidade é o valor pelo qual um ativo poderia ser negociado entre partes independentes e interessadas, conhecedoras do assunto e dispostas a negociar, numa transação normal, sem favorecimentos e com isenção de outros interesses.
- c. Em determinadas condições, principalmente no primeiro ano de auditoria de uma entidade, recomenda-se o uso de amostragem não-estatística, estratificada, pois por depender de julgamento e da vasta experiência do Auditor Independente, ela permitirá maior flexibilidade e segurança na determinação das amostras e, ao final, o julgamento profissional do Auditor Independente sobre a população considerada.

- d. A determinação da relevância no processo de auditoria é fundamental e deve ser considerada já na fase do planejamento geral dos trabalhos, tanto qualitativa quanto quantitativamente, e deve resultar do julgamento do Auditor Independente no contexto da sua opinião sobre o conjunto das Demonstrações Contábeis, sem desprezar os componentes individuais dessas demonstrações. Dessa forma, existe uma relação direta entre o risco de auditoria e o nível estabelecido de relevância, isto é, quanto menor for o risco de auditoria menor será também o valor estabelecido como nível de relevância.

16. Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o objetivo do Programa Interno de Controle de Qualidade é:

- a. Garantir o pleno atendimento das normas que regem a atividade de auditoria das Demonstrações Contábeis e das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- b. Avaliar a competência técnico-profissional dos Auditores Independentes.
- c. Desenvolver programa de qualidade, em conjunto com outros Auditores Independentes ou em convênio com instituição especializada.
- d. Eliminar procedimentos inadequados e ineficiências nos trabalhos do Auditor Independente.

17. O objetivo da Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, de acordo com a NBC-T-14, é:

- a. A avaliação dos procedimentos adotados pelos Auditores Independentes, visando assegurar que os trabalhos foram desenvolvidos dentro da técnica universal de auditoria a qual suporta a opinião contida no parecer emitido sobre as Demonstrações Contábeis.
- b. A avaliação dos procedimentos adotados pelos Auditores Independentes, visando assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, medida pelo atendimento das normas técnicas e profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, na insuficiência destas, pelos pronunciamentos do IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil, e, quando aplicável, das normas emitidas por órgãos reguladores.
- c. A avaliação dos procedimentos adotados pelos Auditores Independentes, efetuada pelo Conselho Federal de Contabilidade, visando assegurar que os trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica contemplem a avaliação de risco, o planejamento do trabalho, a verificação de contingências e passivos não-registrados, frente às normas técnicas e profissionais estabelecidas pelo IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil, e, quando aplicável, das normas emitidas por órgãos reguladores.
- d. A avaliação dos procedimentos adotados pelos Auditores Independentes, visando assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, medida pelo atendimento às normas técnicas e profissionais estabelecidas pelo Conselho Regional de Contabilidade e pelo IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil.

18. O planejamento da auditoria é um processo que se inicia:

- a. Após a contratação dos serviços do Auditor Independente pelo cliente.
- b. Após a realização da etapa de levantamento dos controles internos.
- c. Na fase de avaliação para a contratação dos serviços.
- d. Na definição dos programas de trabalho da auditoria.

19. Analise as afirmativas abaixo e identifique a alternativa incorreta:

- a. O parecer de auditoria é de exclusiva responsabilidade de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade, o qual é denominado Auditor Independente nas normas de auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade.
- b. Os exames de auditoria devem ser planejados e executados na expectativa de que os eventos relevantes relacionados com as Demonstrações Contábeis sejam identificados.
- c. Os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo Auditor Independente preparados de forma manual, por meios eletrônicos ou por outros meios, que constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.
- d. Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno, estabelecidos pela administração, estão em efetivo funcionamento e cumprimento.

20. Analise as afirmações abaixo e identifique a alternativa incorreta:

- a. Risco de auditoria é a possibilidade de o Auditor Independente vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre Demonstrações Contábeis significativamente incorretas.
- b. Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, dividindo-se em: (a) testes de transações e saldos e (b) procedimentos de revisão analítica.
- c. Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos trabalhos, o Auditor Independente tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.
- d. O planejamento pressupõe, entre outros, adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores econômicos, a legislação aplicável e as práticas operacionais da entidade e o nível geral de competência de sua administração.

21. Identifique a alternativa incorreta:

- a. O Programa Interno de Controle de Qualidade do Auditor Independente inclui a avaliação permanente da carteira dos clientes, quanto aos seguintes aspectos: (a) capacidade de atendimento ao cliente, em face da estrutura existente; (b) grau de independência existente; e (c) integridade dos administradores do cliente.
- b. A análise dos riscos de auditoria deve ser feita na fase final dos trabalhos de campo, considerando a relevância em dois níveis: (a) em nível geral, considerando as Demonstrações Contábeis tomadas no seu conjunto, bem como as atividades, qualidade da administração, avaliação do sistema contábil e de controles internos, e situação econômica e financeira da entidade; e (b) em níveis específicos, relativos ao saldo das contas ou natureza e volume das transações.
- c. O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade, porém, o Auditor Independente deve efetuar sugestões objetivas para o seu aprimoramento, decorrentes de constatações feitas no curso do seu trabalho.
- d. Quando constatar que há evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, o Auditor Independente deverá, em seu parecer, mencionar, em parágrafo de ênfase, os efeitos que tal situação poderá determinar na continuidade operacional da entidade, de modo que os usuários tenham adequada informação sobre a mesma.

22. Quando, após a data do parecer do Auditor Independente, mas antes da divulgação das Demonstrações Contábeis, o Auditor Independente tomar conhecimento de um fato que possa afetar de maneira relevante as Demonstrações Contábeis, ele deve decidir se elas devem ser ajustadas, discutir o assunto com a administração e tomar as medidas apropriadas às circunstâncias. A identificação de transações e eventos subseqüentes que proporcionam evidência adicional de condições que existiam no fim do período auditado requer ajustes nas Demonstrações Contábeis e suas notas explicativas. Na hipótese de os eventos a seguir mencionados, todos eles de valor considerado relevante, ocorrerem após a data de emissão do parecer pelo Auditor Independente, mas antes da divulgação das Demonstrações Contábeis pelo cliente, identifique aquele que requer o ajuste das Demonstrações Contábeis:

- a. Aporte de novos recursos decorrentes de aumento de capital.
- b. Perdas não-reconhecidas em contas a receber decorrente da falência do devedor.
- c. Aquisição de investimento relevante.
- d. Destruição de estoques em decorrência de sinistro, não-coberto por seguro.

23. A composição do Capital Social de uma Companhia pode ser obtida, mais apropriadamente e com segurança, consultando-se:

- a. A escrituração contábil da empresa.
- b. O Livro de Registro de Ações e o Livro de Transferência de Ações Nominativas.
- c. Os títulos representativos do Capital emitidos pela Companhia.
- d. Os Livros de Registro de Atas de Assembléias Gerais dos Acionistas.

24. Avalie as informações abaixo e identifique a alternativa correta:

- a. Ao optar pelo valor de mercado para os bens reavaliados, em substituição ao princípio do registro pelo valor original, a entidade deve fazer as reavaliações periódicas, com regularidade tal que o valor líquido contábil não apresente diferenças significativas em relação ao valor de mercado na data de encerramento de cada exercício social. Feita a opção, o procedimento deve ser mantido pelo menos por dez anos, sendo que os ajustes negativos da primeira avaliação devem ser refletidos no resultado não-operacional e objeto de nota explicativa, evidenciando todos os procedimentos adotados.
- b. Na consideração de relevância no processo de auditoria de entidades multilocalizadas (por exemplo: uma empresa comercial com suas operações distribuídas por todo o território nacional e compras descentralizadas), o principal aspecto a considerar é a relevância dos ativos em relação ao conjunto das Demonstrações Contábeis da entidade auditada.
- c. A entidade – sociedade anônima de capital fechado – registrou, contabilmente, em 30 de dezembro de 2004, reavaliação de seus bens do imobilizado (Terrenos, Edifícios e Máquinas e Equipamentos Industriais), baseada em laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada, com data de 15 de dezembro desse mesmo ano, cuja aprovação se deu na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2005. O procedimento contábil adotado pela entidade foi revisado pelos auditores independentes com base na Resolução CFC nº 1.004/04, que aprovou a NBC T 19.6, os quais emitiram parecer sem ressalva sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

- d. É obrigação do Auditor Independente registrado na CVM verificar se as Demonstrações Contábeis e o seu parecer de auditoria foram divulgados nos jornais em que seja obrigatória a sua publicação e se estes correspondem às Demonstrações Contábeis auditadas e ao parecer originalmente emitido, e se as informações e as análises contábeis e financeiras apresentadas no relatório da administração da entidade estão em consonância com as Demonstrações Contábeis auditadas.

25. Analise as citações e identifique a afirmativa incorreta:

- a. A Assembléia Geral Ordinária dos acionistas tem por atribuição, além de outros assuntos previstos na Lei nº 6.404/76, aprovar, ou não, o resultado da companhia, podendo modificá-lo.
b. A não-aprovação da proposta de dividendos da administração pela Assembléia Geral Ordinária dos acionistas não implica a republicação das Demonstrações Contábeis.
c. A alteração do resultado da companhia pela Assembléia Geral Ordinária obriga a republicação das Demonstrações Contábeis no prazo de 30 (trinta) dias.
d. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a companhia aberta, com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não será obrigada a elaborar e a publicar a demonstração das origens e aplicações de recursos.

26. Os dados abaixo correspondem à Companhia Beta e foram retirados das Demonstrações Contábeis de 31-12-20xx, publicadas:

Patrimônio Líquido

• Capital Social	4.000.000,00
• Reservas de Capital	20.000,00
Reserva de Incentivos Fiscais	20.000,00
• Reservas de Lucros	600.000,00
Reserva Legal	100.000,00
Reserva para Aumento de Capital	500.000,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 4.620.000,00

Segundo o Estatuto da Companhia Beta, o Capital Social está dividido da seguinte forma:

- 30% representados por ações ordinárias nominativas;
- 40% representados por ações preferenciais nominativas, classe "A", às quais é assegurado dividendo de 6% a.a. sobre o valor dessas ações, cumulativos; e
- 30% representados por ações preferenciais nominativas, classe "B", às quais é assegurado dividendo não-cumulativo de 12% a.a sobre o valor dessas ações.

Considerando que a empresa apurou lucro líquido de R\$ 200.000,00 no exercício, qual foi a proposição da Diretoria para sua destinação, nos termos do Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76:

- a. Dividendos – R\$ 200.000,00.
b. Reserva Legal - R\$ 10.000,00 e Dividendos - R\$ 190.000,00.
c. Reserva Legal - R\$ 10.000,00 e Reserva para Aumento de Capital - R\$ 190.000,00.
d. Reserva Legal – R\$ 10.000,00; Reserva para Aumento de Capital – R\$ 150.000,00 e Dividendos – R\$ 40.000,00.

27. Com base na Instrução CVM N° 365/02, que dispõe sobre os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos pelos fundos de investimentos financeiros e fundos de aplicações em quotas de fundos de investimentos, identifique entre as opções abaixo aquela que apresenta o correto registro contábil da receita financeira auferida com os títulos integrantes das carteiras dos citados fundos, classificados no grupo “Para Negociação”.

- a. No resultado do período de competência do fato gerador.
- b. Em conta específica do Patrimônio Líquido.
- c. No resultado do período, no momento do resgate do título.
- d. Como receita financeira a apropriar, retificando o saldo da conta da aplicação financeira.

28. A Resolução CFC N° 1.022/05 e a Norma e Procedimento de Auditoria – NPA - N° 09/95, do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, definem que, havendo uma incerteza de se incorrer em um passivo ou de não se realizar um ativo, sob o ponto de vista contábil, a possibilidade de perda deve ser classificada como: provável, possível e remota. Em que condição uma perda deve ser reconhecida contabilmente:

- a. Quando for considerada provável.
- b. Quando for considerada possível e de valor relevante.
- c. Quando for considerada remota, com a devida divulgação em nota explicativa.
- d. Em nenhuma das condições indicadas, já que tal caracterização se aplica somente aos ativos contingentes.

29. Qual o critério básico para classificar um gasto no Ativo Permanente - Diferido ou no Ativo Circulante - Despesa Antecipada ?

- a. No Ativo Permanente, quando o fato gerador já ocorreu; e, no Ativo Circulante, quando o fato gerador não ocorreu.
- b. No Ativo Permanente, quando o fato gerador não ocorreu; e, no Ativo Circulante, quando o fato gerador ocorreu.
- c. No Ativo Permanente, quando beneficia um período certo; e, no Ativo Circulante, quando o fato gerador beneficia um período incerto.
- d. No Ativo Permanente, quando o gasto já foi desembolsado; e, no Ativo Circulante quando ainda não foi desembolsado.

30. Em 31.12.XO, a empresa MEP adquiriu 80% de participação da Cia. Real por R\$ 900.000,00. Nessa ocasião, o Patrimônio Líquido da investida era de R\$ 1.000.000,00. O ágio de R\$ 100.000,00 foi fundamentado na mais valia de bens do ativo imobilizado. No final do exercício de X1, a Cia. Real apresentava as seguintes mutações no patrimônio líquido:

MUTAÇÕES	R\$
Reserva de reavaliação dos ativos que fundamentaram o ágio	150.000,00
Lucro líquido do exercício	200.000,00
Recebimento de doação de um terreno para construção da fábrica	600.000,00

Quais as contas que foram movimentadas pela investidora quando do registro contábil da Equivalência Patrimonial em X1?

- a. Investimento - Equivalência Patrimonial; Investimento – Ágio; Reserva de Reavaliação em Controladas; e Receita de Equivalência Patrimonial.
- b. Investimento - Equivalência Patrimonial; Investimento – Ágio; Reserva de Capital – Doação; e Receita de Equivalência Patrimonial.
- c. Investimento - Equivalência Patrimonial; Reserva de Capital – Doação; e Receita de Equivalência Patrimonial.
- d. Investimento - Equivalência Patrimonial; Investimento – Ágio; Reserva de Capital – Doação; e Reserva de Reavaliação em Controladas.

31. Considerando os dados abaixo, indique o montante a ser registrado, contabilmente, como reserva de lucro a realizar, com base na nova redação dada à Lei N° 6.404/76 pela Lei N° 10.303/01.

Lucro líquido do exercício	R\$ 500,00
Reserva legal constituída no exercício	R\$ 25,00
Reserva para contingências constituída no exercício	R\$ 75,00
Reserva de lucros a realizar a ser constituída	?

Considere, adicionalmente, para sua resposta, as seguintes informações:

Lucros a realizar contido no lucro líquido do exercício	R\$ 400,00
Dividendo obrigatório calculado conforme o Estatuto	R\$ 125,00

- a. R\$ 400,00.
- b. R\$ 100,00.
- c. R\$ 25,00.
- d. R\$ 375,00.

32. De acordo com a Instrução CVM N° 247/96, qual seria o resultado da equivalência patrimonial a ser registrado, contabilmente, por uma controladora que dispusesse dos dados abaixo?

Patrimônio Líquido da Controlada	R\$ 1.600,00
% Participação	70%
Lucros Realizados	R\$ 200,00
Lucros não-Realizados entre a Controlada e a Controladora	R\$ 300,00
Valor Contábil do Investimento	R\$ 720,00

- a. R\$ 100,00.
- b. R\$ 190,00.
- c. R\$ 253,00.
- d. R\$ 400,00.

33. Um dos deveres do contabilista, nos termos do Código de Ética Profissional, é:

- a. Manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício profissional.
- b. Guardar sigilo profissional em qualquer situação.

- c. Estabelecer as condições para não prestar informações ao contabilista que o suceder na responsabilidade pela escrituração contábil da entidade.
- d. Comunicar ao Conselho Federal de Contabilidade o seu afastamento do exercício profissional.

34. Analise as afirmações abaixo e marque a alternativa correta:

(I) É vedado ao contabilista anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição de colega contabilista.

(II) O contabilista poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo, a outro contabilista, independentemente da anuência de seu cliente.

(III) O contabilista pode disputar serviços profissionais com outros colegas, utilizando-se de todos os meios que o levem a angariar o contrato.

- a. Todas as afirmações são corretas.
- b. Todas as afirmações são incorretas.
- c. Somente a afirmação (I) é correta.
- d. As afirmações (II) e (III) são corretas.

35. Avalie as afirmações abaixo e identifique a alternativa incorreta:

- a. É obrigação do Auditor Independente registrado na CVM, em conexão com o seu exame de auditoria de Demonstrações Contábeis de companhia aberta, elaborar e encaminhar à administração da entidade, ao órgão regulador e ao conselheiro fiscal, se este assim solicitar ao Auditor Independente, relatório circunstanciado, contendo suas observações a respeito de deficiências ou ineficácia dos controles internos e dos procedimentos contábeis da entidade auditada.
- b. O Auditor Independente, ao emitir proposta de auditoria e fixar seus honorários, considera, primeiramente, as questões de cunho comercial, como os aspectos de relevância, complexidade do serviço, número de horas estimadas para a realização dos serviços, qualificação técnica dos profissionais envolvidos e o lugar em que os serviços serão prestados. Em casos muito específicos, essa determinação pode ferir a ética, produzir conflitos de interesses e até se caracterizar como perda de independência. Todavia, em qualquer caso, não deve iniciar os seus trabalhos sem ter a carta-proposta ou a documentação equivalente confirmada, formalmente, pela administração do cliente.
- c. O Auditor Independente, ao elaborar o planejamento de seus trabalhos, deve considerar o ambiente de PED (Processamento Eletrônico de Dados) para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável, já que os objetivos de auditoria não mudam se os dados contábeis forem processados manualmente ou pelo computador. Entretanto, os métodos de aplicação dos procedimentos de auditoria para obter evidências podem ser influenciados pelos métodos de processamento com o auxílio do computador. Assim, poderá aplicar procedimentos de auditoria com ou sem auxílio de sistemas informatizados, ou ainda uma combinação de ambos, a fim de obter evidências suficientes. Assim, deve ter seus profissionais devidamente atualizados para a aplicação de técnicas mais sofisticadas de auditoria auxiliadas por computador.
- d. A Instrução CVM nº 408/04 determina que as Demonstrações Contábeis consolidadas das companhias abertas deverão incluir, além das sociedades controladas, individualmente ou em conjunto, as Entidades de Propósito Específico (EPEs), quando a essência de sua relação

com a companhia aberta indicar que as atividades dessas entidades são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela companhia aberta. A referida Instrução fixou os indicadores de controles para identificar tais EPEs que deverão se submeter ao processo de consolidação, mas não necessariamente à avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

36. A comprovação de participação do Auditor Independente no Programa de Educação Profissional Continuada, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), deve ser feita ao:

- a. Conselho Federal de Contabilidade, anualmente.
- b. Conselho Regional de Contabilidade.
- c. Conselho Federal de Contabilidade e à Comissão de Valores Mobiliários, anualmente.
- d. Conselho Federal de Contabilidade e ao Conselho Regional de Contabilidade, anualmente.

37. O princípio da entidade refere-se:

- a. Ao reconhecimento de receitas e despesas quando as alterações no ativo e no passivo resultem em aumento ou diminuição do patrimônio líquido da entidade.
- b. Ao reconhecimento do patrimônio como objeto da contabilidade e afirma sua autonomia patrimonial.
- c. A influência sobre o valor econômico dos ativos e o valor no vencimento dos passivos.
- d. A forma de registro de ativos na data de aquisição ou produção.

38. Os componentes do ativo e do passivo, as receitas e as despesas das sociedades controladas em conjunto deverão ser agregados às Demonstrações Contábeis consolidadas de cada investidora, na proporção da participação destas no seu capital social. Este é um procedimento adotado para a:

- a. Consolidação individual.
- b. Combinação de entidades.
- c. Consolidação proporcional.
- d. Definição do percentual de participação no lucro não-realizado na consolidação.

39. Considere as afirmações a seguir e marque a alternativa correta:

(I) A entidade deve divulgar em notas explicativas às Demonstrações Contábeis sua política de gerenciamento de risco relacionado às moedas estrangeiras.

(II) São transações em moedas estrangeiras: operações de exportação, importação e empréstimo realizadas por entidade sediada no Brasil, com entidade do exterior, a serem liquidadas em moedas estrangeiras.

(III) O registro contábil das variações cambiais deve observar o Princípio da Competência.

- a. Todas as afirmações são corretas.
- b. As afirmações (I) e (II) são incorretas.
- c. A afirmação (III) é correta.
- d. Somente as afirmações (II) e (III) são corretas.

40. Quando o Auditor Independente executa procedimento de revisão analítica ele objetiva identificar:

- a. Falhas de controle interno.
- b. Saldos contábeis não-conciliados.
- c. Operações não-escrituradas.
- d. Operações ou saldos anormais.

41. Quando a aplicação de procedimentos de auditoria, planejados com base na avaliação de risco, resultar na provável existência de fraude e/ou erro, o Auditor Independente deve considerar o efeito potencial sobre as Demonstrações Contábeis. Das alternativas abaixo, indique a que está incorreta:

- a. Se o Auditor Independente concluir que a fraude e/ou erro tem efeito relevante sobre as Demonstrações Contábeis e que não foram, apropriadamente, refletidos ou corrigidos, ele deve emitir seu parecer com ressalva ou com opinião adversa.
- b. Se o Auditor Independente não puder determinar se houve fraude e/ou erro devido a limitações impostas pelas circunstâncias, e não pela entidade, deve analisar o tipo de parecer a emitir.
- c. O Auditor Independente não pode rescindir o Contrato de Auditoria, independentemente de a entidade tomar, ou não, providências ou medidas corretivas relacionadas com a fraude, pois suas discordâncias deverão ser refletidas no parecer.
- d. O Auditor Independente deve sempre comunicar à administração da entidade auditada descobertas factuais envolvendo fraude, seja de forma verbal ou escrita.

42. A amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria com base em testes. Ainda com relação à amostragem de auditoria, podemos dizer que:

- a. A amostragem é uma técnica apropriada apenas para os testes substantivos.
- b. O Auditor Independente deverá trabalhar com método estatístico na execução de seus trabalhos.
- c. Ao adotar um método estatístico ou não-estatístico, o Auditor Independente deve projetar e selecionar uma amostra de auditoria, aplicar a essa amostra procedimentos de auditoria e avaliar os resultados.
- d. Numa primeira auditoria, é preferível o uso de amostragem não-estatística, considerando a experiência do Auditor Independente, pois os resultados serão mais confiáveis.

43. Considere as informações abaixo:

Patrimônio Líquido da controlada	R\$ 1.000,00
Percentual de participação	100 %
Lucro líquido do exercício da controlada	R\$ 200,00
Dividendos propostos pela controlada	R\$ 50,00
Subvenção para investimentos – Incentivos fiscais registrados na controlada	R\$ 20,00

Nesse caso, o lucro líquido da controladora seria:

- a. Superior em R\$ 20,00 ao do consolidado.
- b. Inferior em R\$ 20,00 ao do consolidado.
- c. Inferior em R\$ 35,00 ao do consolidado.
- d. Superior em R\$ 35,00 ao do consolidado.

44. Os procedimentos técnicos básicos de auditoria (inspeção, observação, investigação, confirmação, cálculo e revisão analítica) estão relacionados com:

- a. Avaliação do sistema contábil e de controle interno.
- b. Avaliação dos procedimentos de controle.
- c. Aplicação dos testes de observância e substantivos.
- d. Mensuração dos saldos das Demonstrações Contábeis.

45. Indique a alternativa incorreta:

- a. O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade.
- b. O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio.
- c. O Auditor Independente deve assegurar-se de que as Demonstrações Contábeis das controladas, para fins de consolidação, foram elaboradas de acordo com os Princípios de Contabilidade, previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, com a legislação específica.
- d. A responsabilidade pela contratação dos Auditores Independentes é da Assembléia Geral dos acionistas.

46. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a companhia pode distribuir dividendos intermediários por conta de resultados apurados no exercício, desde que, necessariamente:

- a. Levante balanço semestral e tal distribuição seja deliberada pelos órgãos de administração, independentemente de previsão estatutária.
- b. Tenha apurado resultado positivo no período considerado e mediante aprovação do Conselho Fiscal.
- c. Haja autorização estatutária e os dividendos pagos em cada semestre do exercício não excedam o total das reservas de capital.
- d. Apure lucro e divulgue o balanço intermediário pelo menos na internet.

47. Considerando a lei de regência da profissão contábil (Decreto-Lei nº 9.295/46) e as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, bem como as normas de entidades reguladoras, que tratam dos trabalhos de auditoria independente de Demonstrações Contábeis, aponte a alternativa correta:

- a. Em face de sua discordância técnica como Auditor Independente com seu ex-cliente, uma indústria de produtos de consumo, organizada juridicamente como sociedade anônima de capital fechado, você não deve apresentar seus papéis de trabalho aos auditores

independentes que lhe sucederam, ainda que obtida autorização formal do ex-cliente e carta também formalizada pelos auditores sucessores nos termos das práticas profissionais aplicáveis à espécie.

- b. Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do Auditor Independente, responsável pela sua guarda e sigilo, devendo ser arquivados por um prazo mínimo de 10 anos, de acordo com o Novo Código Civil e a NBC T 11, aprovada pela Resolução CFC nº 1.024/05.
- c. Os papéis de trabalho do Auditor Independente, quando solicitados por terceiros, somente podem ser disponibilizados após autorização formal da entidade auditada. Todavia, quando requisitados em conexão com investigação/inquérito de alçada federal, mediante ofício devidamente assinado pelo delegado federal competente, pode ser apresentado sem autorização do cliente, já que sua recusa pode implicar a prisão do Auditor Independente.
- d. Os papéis de trabalho, mesmo sendo propriedade exclusiva do Auditor Independente, podem ser apresentados a terceiros, desde que autorizado, formalmente, pela entidade auditada e com observância das políticas internas do Auditor Independente estruturadas de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Em se tratando de cliente sujeito às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a cessão dos papéis de trabalho à fiscalização da CVM é obrigatória, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 308/99, que também fixa como seus deveres e responsabilidades, possibilitar o acesso a esses papéis de trabalho de auditoria dos exercícios anteriores, no caso de sua substituição por outro auditor independente, resguardados os aspectos de sigilo e mediante prévia concordância do ex-cliente.

48. Se uma companhia que apurou ágio decorrente de incorporação de sociedade controlada fundamentado, substancialmente, em rentabilidade futura (avaliada pelo método do fluxo de caixa descontado a valor presente) e que vem sendo amortizado, contabilmente, de acordo com prazos definidos em laudo de avaliação, deixa de efetuar atualização anual das projeções de resultado para comprovar que a recuperação futura desse ativo relevante está assegurada, que impacto esse evento tem no parecer dos Auditores Independentes?

- a. Nenhum, já que o laudo, originalmente, emitido por empresa independente é suficiente para a continuidade do procedimento contábil adotado pela companhia.
- b. Devido ao conhecimento das operações da companhia e pelo fato de auditar as suas contas por longo período de tempo, o Auditor Independente não necessita alterar seu parecer, pois julga que os procedimentos alternativos que efetuou – atualização que ele mesmo fez do laudo originalmente emitido por terceiros – são suficientes para a sua conclusão.
- c. O Auditor Independente atualiza o laudo originalmente emitido por terceiros e conclui que a única modificação em seu parecer é com relação à inclusão de um parágrafo de ênfase em que explica a adoção dos procedimentos alternativos adotados na operação.
- d. Esse fato constitui uma limitação ao exame de auditoria, o que requer alteração no seu parecer (normalmente, no 2º parágrafo do parecer, em que indica a exceção quanto à aplicação dos procedimentos previstos nas normas de auditoria e no 3º parágrafo evidencia a natureza da limitação e os valores envolvidos, indicando não ter sido praticável sua conclusão quanto à realização do referido ativo e seus reflexos no resultado e patrimônio líquido), e ressalva no parágrafo da opinião, fazendo referência à limitação constante do 3º parágrafo.

49. Assinale a alternativa correta no que tange à organização dos trabalhos de revisão externa de qualidade pelos pares.

- a. Os auditores-revisores são indicados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aos auditores a serem revisados, tanto no caso de auditores pessoas físicas quanto de empresas de auditoria, sendo a equipe revisora formada por uma ou mais pessoas, dependendo do porte e da especialização dos auditores a serem revisados.
- b. A seleção dos auditores-revisores é feita por meio de um processo de licitação pela revisada. O Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) analisam a indicação do revisor e, uma vez aprovado, este seleciona os clientes de auditoria de capital aberto e instituições financeiras do revisado e procede à revisão. Após a conclusão da revisão, o revisor emite o Parecer do Auditor Independente e encaminha ao Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE).
- c. A seleção dos auditores-revisores é feita pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tanto no caso de auditores pessoas físicas quanto de empresas de auditoria. A equipe revisora será formada por uma ou mais pessoas designadas pela CVM, dependendo do porte e da especialização dos auditores a serem revisados.
- d. A seleção dos auditores-revisores cabe aos auditores a serem revisados, tanto no caso de auditores pessoas físicas quanto de empresas de auditoria. A equipe revisora será formada por uma ou mais pessoas, dependendo do porte e da especialização dos auditores a serem revisados.

50. Durante o planejamento das fases de auditoria, que podem ser afetadas pelo ambiente de Processamento Eletrônico de Dados (PED) da entidade, o Auditor Independente deve obter entendimento da relevância e da complexidade das atividades desse ambiente e a disponibilidade de dados para serem utilizados na auditoria. Esse entendimento inclui assuntos, tais como, a relevância e a complexidade do processamento informatizado em cada aplicativo contábil significativo. A relevância refere-se à representatividade das assertivas contidas nas Demonstrações Contábeis afetadas pelo processamento informatizado. Das alternativas a seguir, marque aquela que permite minimizar o risco de erro de processamento em um sistema informatizado de processamento de dados:

- a. O volume de transações é tão grande que os usuários considerariam difícil identificar e corrigir erros no processamento.
- b. As transações são intercambiadas eletronicamente com outros sistemas internos ou de terceiros após a revisão quanto a sua adequação ou razoabilidade.
- c. O programa aplicativo gera, automaticamente, transações relevantes ou acessa, diretamente, outros programas aplicativos.
- d. O programa aplicativo efetua cálculos complexos de informações contábeis e/ou gera, automaticamente, transações relevantes ou acessos que não podem ser, ou não são, validados independentemente.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. Comente: “A Auditoria Independente como fator de incremento da confiabilidade da informação contábil”.
52. Disserte sobre os efeitos nos trabalhos de auditoria independente das Demonstrações Contábeis, decorrentes do fortalecimento da governança corporativa das empresas.
53. Estimativa contábil é uma previsão quanto ao valor de um item que considera as melhores evidências disponíveis, caso não exista forma precisa de quantificação. Estas estimativas contábeis são de responsabilidade da administração da entidade. Qual a evidenciação e os procedimentos necessários que o Auditor Independente deve obter e aplicar para se certificar sobre a razoabilidade dessas estimativas?
54. Comente: “Os reflexos para o Auditor Independente decorrentes de revelações de fraudes relevantes envolvendo seus clientes, não-detectadas quando da realização do trabalho de auditoria”.
55. Atualmente, no processo de divulgação de informações econômico-financeiras de uma entidade, são utilizadas, além das tradicionais Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas, o relatório da administração, demonstrações complementares ou suplementares às exigidas pela legislação e/ou pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e, por vezes, demonstrações resumidas e/ou condensadas. Quais os cuidados que o Auditor Independente deve ter ao emitir seu parecer quanto à divulgação dessas informações em conjunto ou separadamente?

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D		A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

